

GEO América Latina e Caribe: perspectivas do meio ambiente 2003¹

Formação e Educação Ambiental

A formação e educação são componentes transversais estratégicos das políticas ambientais. Na América Latina e Caribe, foram desenvolvidas em diversos níveis: formalmente, da educação básica à pós-graduação, e informalmente, através de programas e atividades desenvolvidas pelos governos, ONGs, setor privado, acadêmico e científico, e pelos organismos internacionais e multilaterais, em forma conjunta ou individual, ou através da conformação de redes ou outros espaços colaborativos.

Os processos de educação e formação ambiental desempenham um papel fundamental para propiciar a participação de todos os setores na tomada de decisão ambiental, local, nacional e regionalmente. Os novos enfoques tendem a considerar a complexidade da problemática ambiental, as diversas identidades culturais e a integração com outras áreas, como a economia. A pesquisa em temas ambientais tem sido limitada, e apesar dos governos reconhecerem sua importância, nem sempre dedicam os recursos necessários. Alguns governos optaram por desenvolver esforços de financiamento colaborativo com outros setores interessados, como é o caso do industrial.

Para que os temas ambientais sejam de conhecimento público, é relevante capacitar a sociedade civil em aspectos de fundo, no entendimento dos ecossistemas nos quais habita e no domínio das ferramentas e instâncias que permitam sua participação na tomada de decisões ambientais. As ONGs possuem um papel fundamental, canalizando informação das comunidades até as entidades governamentais e vice-versa, e facilitando a tomada de decisão com informação qualificada e acessível. Também tem sido importante para construir agendas locais de desenvolvimento e gerar ou influenciar a elaboração, implementação e avaliação do cumprimento de políticas ambientais. Muitas vezes esses programas contam com a participação de universidades, agências governamentais, setor privado e organismos internacionais.

Contudo, o setor acadêmico – responsável pela formação de cientistas e técnicos – incorporou este princípio de forma incipiente, apesar dos esforços que remontam à década de 70, e de modo desigual entre os países. Verifica-se maior avanço nos enfoques interdisciplinares nos estudos de graduação e pós-graduação, e onde há mais ofertas de formação em áreas ambientais.

A partir da Agenda 21 foram gerados compromissos para o desenvolvimento de políticas e estratégias ambientais nos governos, incluindo ações em educação ambiental. Muitos governos criaram unidades de gestão ambiental educativa para o desenvolvimento destas ações. Outros inclusive aprovaram leis sobre educação ambiental, como o Brasil em 1999. Em quase toda a região, uma série de redes ambientais têm permitido o avanço de projetos ambientais e de desenvolvimento, alianças estratégicas intersectorais, interdisciplinares e internacionais, busca de fundos mais eficientes e formação e atualização permanente de seus membros.

¹ PNUMA. *GEO América Latina e Caribe: perspectivas do meio ambiente 2003*. p. 220-221. 2003. (Tradução não oficial do capítulo “Formação e Educação Ambiental”)

Nestes marcos, foram desenvolvidos projetos de educação ambiental nos níveis de educação básica e média diversificada, chegando inclusive a verificar-se alianças entre os ministérios de educação e de meio ambiente, em países como Colômbia, Venezuela, Brasil e Bolívia. Foram aplicados modelos pedagógicos inovadores incorporando o tema ambiental no currículo escolar de forma transversal, em El Salvador e Cuba entre outros países. A Confederação dos Trabalhadores da Educação da República Argentina (CTERA) que agrupa quase 300.000 professores sindicalizados constituiu uma aliança ambiental com a participação de outros atores sociais e organizações. Seu objetivo é de incidir positivamente na solução dos conflitos socioambientais e favorecer a construção de um “currículo ambientalizado” para os sistemas educativos. A Argentina aprovou recentemente, em comissão parlamentar, uma proposta para incorporar a educação ambiental em seu sistema educativo.

Na esfera universitária, a agência de avaliação dos cursos de pós-graduação (CAPES) vinculada ao Ministério da Educação, registra no Brasil um significativo avanço no número de cursos de caráter multidisciplinar em ambiente e desenvolvimento: os mestrados passaram de 28 a 56 e os doutorados de 11 a 19, entre 1994 a 2002. O doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná foi uma experiência teórica e metodologicamente pioneira que contou com o respaldo institucional da Cátedra UNESCO para o Desenvolvimento Sustentável e do PNUMA. Na Argentina, foi iniciado um curso de pós-graduação sobre educação ambiental em 1998 e atualmente, mediante convênio entre a CTERA e a Universidade Nacional de Comahue, se desenha o Curso de Especialização de Educação em Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável, oferecido desde 2000 e regionalizado em diversas sedes a partir de 2002.

Na Costa Rica, os esforços para incorporar a dimensão ambiental na educação superior foram iniciados em 1973, com a criação do primeiro curso de ciências ambientais no país. Para 1998 se contabilizaram trinta e cinco cursos de graduação com dez ou mais cursos de conteúdo ambiental nas universidades federais, e atualmente há vários programas de mestrado com este enfoque.

Entre as iniciativas recentes de formação ambiental de caráter não formal, pode-se mencionar a experiência chilena com o programa Indústria e Meio Ambiente desenvolvido pelo ECOPAT, pelo Instituto Nacional de Capacitação Profissional da Sociedade de Fomento Fabril, pelo Ministério de Educação e pela Comissão Nacional de Meio Ambiente do Chile (CONAMA). O programa busca elevar o nível de consciência e capacitar em responsabilidade ambiental, desenvolvimento sustentável, água doce, energia, solo, ambiente urbano, produção limpa e outros aspectos ambientais e sociais. Atinge professores de escolas técnicas, industriais – metais, eletrônicos, químicos e automotor – e de formação profissional, que transmitem esses novos conhecimentos aos alunos. Outro exemplo de capacitação – desta vez em escala regional – é o da Comissão de Educação e Comunicação da UICN, que mediante encontros e publicações, faz um esforço centrado na difusão de experiências em educação ambiental.

Outro mecanismo informal de educação ambiental é o desenvolvimento de oficinas locais, nacionais e regionais, com a participação de setores governamentais e não governamentais. O motivo pode ser a elaboração de um plano de manejo para uma área protegida, a construção de uma agenda local de ambiente e desenvolvimento, a discussão de um projeto de lei, a difusão de metodologias participativas, acordar as bases de uma política sobre a

erradicação das espécies invasoras ou o manejo de uma bacia hidrográfica, uma declaração ministerial sobre a importância da água, e outras.

Principais desafios

No campo da formação e da educação ambiental, ambos devem ser considerados processos permanentes e transversais em qualquer política ou estratégia ambiental, seja local, nacional ou regional, mas necessariamente ser acompanhada de mais pesquisa aplicada em todas as áreas ambientais. As políticas nacionais devem considerar a educação ambiental um pilar para a participação pública de todos os setores sociais. É necessário fortalecer o trabalho interdisciplinar, incorporar ativamente aos meios de comunicação de massa e reconhecer a diversidade cultural dos países. As universidades devem continuar a formação dos profissionais, cientistas e técnicos segundo os novos paradigmas do desenvolvimento sustentável, e fixar as prioridades de formação junto com o governo e a sociedade civil. A ciência e tecnologia devem aprofundar as pesquisas aplicadas à produção sustentável e ao combate à pobreza.